



PARECER DA AUDITORIA INTERNA

Exercício 2024

Em consonância com a Instrução Normativa nº 5,
de 27 de agosto de 2021 da Controladoria Geral da
União/Secretaria Federal de Controle Interno

Parecer da Auditoria Interna
Unidade de Auditoria Interna Governamental do IFAM
Exercício 2024

Manaus - Março 2025



PARECER

da Auditoria Interna nº 01/2025-UAIG/IFAM

Súmula: 1. Prestação de contas referente ao exercício de 2024; 2. Parecer da Unidade de Auditoria Interna Governamental do IFAM, em atendimento ao disposto no §6º do artigo 15 do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 4.304, de 16 de julho de 2002, em consonância com os artigos 15 a 17 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021; 3. Pela adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos em relação: à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria; à conformidade legal dos atos administrativos; e, ao atingimento dos objetivos operacionais; 4. Pela necessidade de aprimoramento dos controles internos relacionados ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras.

A Unidade de Auditoria Interna Governamental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) em cumprimento ao disposto no § 6º do Artigo 15 do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 4.304, de 16 de julho de 2002, e, em consonância com os artigos 15 a 17 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021, manifesta-se sobre a Prestação Anual de Contas do exercício de 2024.

I – DO ESCOPO DO PARECER

A fim de esclarecer a abrangência e o alcance dos exames realizados para subsidiar a elaboração do presente parecer, remetemos ao Art. 16 da Instrução Normativa nº 5 da CGU/SFC, de 27 de agosto de 2021, transcrito a seguir:

Art. 16. O parecer deve expressar opinião geral, **com base nos trabalhos de auditorias individuais previstos e executados no âmbito do PAINT**, sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos



instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto:

- I – à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria;
- II – à conformidade legal dos atos administrativos;
- III – ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras;
- IV – ao atingimento dos objetivos operacionais.

§1º O parecer pode incluir **informações de trabalhos de outros provedores de avaliação** para tratar dos tópicos contidos nesses incisos.

§2º Se a Unidade de Auditoria Interna não puder se manifestar sobre algum dos incisos deste artigo, ela deverá registrar no parecer a negativa de opinião justificada.

§3º A opinião a que se refere o presente artigo será emitida em conformidade com as disposições específicas constantes do Referencial Teórico de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 3, de 9 de junho de 2017.

(grifos nossos)

Em razão do exposto, ressalta-se que as conclusões e opiniões sobre a prestação anual de contas (exceto quanto ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras consideramos, exclusivamente, as informações disponibilizadas por outros provedores de avaliação, na forma detalhada do item IV deste parecer) foram formuladas levando-se em consideração, exclusivamente, os trabalhos de auditoria previstos no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT/2024) e que foram executados ao longo do exercício, por meio do qual esta Unidade de Auditoria Interna Governamental do IFAM realizou as suas avaliações.

II – DA ADERÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS NORMATIVOS QUE REGEM A MATÉRIA

Destacamos que, relativamente ao exercício 2024, o IFAM integra a relação de Unidades Prestadoras de Contas (UPC), conforme Instrução Normativa nº 84/2020, de 22 de abril de 2020 e Portaria-TCU nº 49, de 7 de abril de 2022 (alterada pela Portaria 92/2022). Desse modo, nos termos do Art. 9º, da Instrução Normativa nº 84/2020, de 22 de abril de 2020 a Prestação de Contas foi feita mediante a divulgação, no sítio oficial do IFAM¹, em seção específica, intitulada “Transparência e Prestação de Contas”, disponibilizando um cabedal de informações relacionadas ao Art. 8º, inciso I, do citado normativo. Na verificação da aderência da Prestação de Contas do IFAM em relação aos normativos citados anteriormente, esta Unidade de Auditoria Interna Governamental do IFAM (UAIG/IFAM) não identificou,

¹ <http://www2.ifam.edu.br/>



de maneira geral, e, com base nas Ações de Auditoria realizadas em 2024, situações que configurem desconformidade normativa, exceto quanto às constatações apontadas nos respectivos Relatórios de Auditoria.

III – DA CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

A verificação da conformidade legal dos atos administrativos foi feita, exclusivamente, tendo por base os trabalhos de avaliação realizados ao longo do exercício de 2024, quais sejam:

- a) Avaliação do processo referente à Gestão de Contratos – Campus Manaus Centro;
- b) Avaliação do processo referente à Gestão de Patrimônio – Reitoria do IFAM;
- c) Avaliação do processo referente à Gestão de Almoxarifado – Reitoria do IFAM.

Logo, a Auditoria Interna do IFAM realizou exames e avaliações, cujos resultados, encontram-se consignados nos Relatórios de Auditorias que foram emitidos e publicados no site², correspondente a competência 2024, e, nos quais apontam as constatações identificadas com as recomendações proferidas.

V – DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

Não foram executados, em 2024, trabalhos de Auditoria que subsidiem a emissão de opinião geral sobre o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras, tendo em vista que não houve objeto selecionado nessa categoria no PAINT/2024. Destaca-se que a seleção dos objetos que serão auditados no ano é realizada com base em fatores de riscos – materialidade, criticidade, oportunidade e relevância. A avaliação ora consignada possui respaldo no art. 16, §1º da Instrução Normativa nº 5 da CGU/SFC, de 27 de agosto de 2021, e, para o qual utiliza informações prestadas por outros provedores de avaliação.

Nesse sentido, são instrumentos fundamentais para opinião esboçada o Relatório de Gestão,

² <http://www2.ifam.edu.br/instituicao/auditoria>



exercício 2024, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e a Declaração do Contador do respectivo contador da instituição, CRC: AM-015392/O-2. A Declaração do Contador do IFAM, a seguir transcrita, é de Declaração com Ressalva sobre a fidedignidade das Demonstrações Contábeis, tendo por base as Demonstrações Contábeis consolidadas do IFAM e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2024, e, considerando as 17 unidades gestoras e Reitoria do IFAM. Reflete, dessa forma, a Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

“O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas– IFAM, e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2024 tendo como base nas 17 unidades administrativas, juntamente com a Reitoria. O registro da conformidade contábil é realizado em todos os campi do IFAM, sob a responsabilidade dos contadores responsáveis indicados no SIAFI para cada UG. Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI– Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.”

“As Demonstrações Contábeis do IFAM, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão em todos os aspectos relevantes em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 10ª edição MCASP, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir.”

“Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho no IFAM, ainda enfrentamos desafios na implementação de várias rotinas, como detalharei a seguir:

- Centro de Custo, a falta de implementação do Painel de Informações de Custos e a utilização do Custo Genérico área contábil do MEC no SIAFI, ocorrem devido à falta de um mapeamento abrangente que cubra todas as etapas processuais que geram custos para as atividades principais do Instituto e suas unidades, juntamente com a escassez de recursos humanos disponíveis para serem alocados nas diversas áreas de atuação, pois será constituída uma comissão para implantação em 2025;
- Almoxarifado, na Reitoria foram integrados ao SIADS, porém a funcionalidade de solicitação de material ainda não está em uso. Para evitar discrepâncias nos controles, a Coordenação de Material e Patrimônio optou por implementar o processo de solicitação por e-mail temporariamente, enquanto os perfis de acesso são criados para todos os diretores. A criação desses perfis é um processo demorado, por isso está sendo desenvolvida uma estratégia para agilizar esse procedimento. E nas 17 unidades do Ifam ainda estão em fase de implantação;
- Patrimônio, está em fase de implantação na Reitoria e nos Campi;



- Conformidade de Gestão, em algumas Unidades Gestoras, a conformidade de gestão não está sendo adequadamente mantida devido à falta de servidores designados para realizar essa atividade;
- Depreciação, a falta de registro adequado das baixas dos bens depreciados resulta na ausência de uma representação precisa da depreciação no Balanço Patrimonial, tanto nos Campi e na Reitoria;
- SPiunet, nas unidades, ocorre a falta de servidores designados para a atualização dos dados e o registro de bens imóveis está impactando negativamente essa atividade, este motivo do reflexo do Balanço Patrimonial não está refletido os fatos;
- Prestação de Contas, há pendência na prestação de contas do suprido por falta de comprovantes que comprovem os fatos, então estamos trabalhando para conclusão do processo;
- Contrato, em algumas unidades, a falta de controle das contas de contrato ocorre devido à alocação dos servidores da contabilidade em outras atividades, impedindo a dedicação necessária a essa tarefa específica.

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2024, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Federal de Educação do Amazonas, exceto no tocante as ressalvas apontadas.”

Por fim, cumpre mencionar, que demais dados relacionados à elaboração das informações contábeis e financeiras estão contidos no Relatório de Gestão, exercício 2024³, que está publicado no site do IFAM.

IV – DO ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS

A verificação do atingimento dos objetivos operacionais foi feita, exclusivamente, tendo por base os trabalhos de avaliação realizados no decorrer do exercício 2024, quais sejam:

1. Campus Manaus Centro – Ação nº 5.1/2024 – Avaliação do processo referente à Gestão de Contratos. Essa ação de Auditoria, teve origem em solicitação realizada pela Diretoria de Administração (DAP) do respectivo campus, conforme Solicitação Eletrônica nº 4723/2023-DAP-CMC, de 19 de setembro de 2023 e deu origem ao Relatório de Auditoria nº 01/2024.

³ [Transparência e Prestação de Contas — Portal do Instituto Federal do Amazonas \(ifam.edu.br\)](https://portal.ifam.edu.br)



Em decorrência dos exames efetuados, foram identificados os seguintes achados de auditoria:

- REC01 – Recomenda-se à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e às Diretorias-Gerais dos campi que, observados os termos dos artigos 72, 78, II, e 79, 148, I e VI, e 154, XIV, do Regimento Interno do IFAM, e em articulação integrada e sistêmica, elaborem lista de verificação de providências (check-list), observado o modelo recomendado pela Advocacia Geral União, conforme art 29 da IN nº 5/2017/SLTI/MPDG, a ser obrigatoriamente utilizada em todas as unidades. O objetivo é estabelecer um fluxo claro e eficiente para a instauração, desenvolvimento e conclusão dos processos de contratação, contemplando as rotinas internas das unidades e suas respectivas competências regimentais Achados itens 18, 19, 24, 44, 49, 66.
- REC02 – Recomenda-se à Unidade Auditada a utilização de processos autuados em formato digital, nos termos do Acórdão 484/2021 - PLENÁRIO/TCU, Decreto 8.539/2015 e da Portaria MEC 1.042/2015, observando a ordem cronológica de produção e de juntada dos documentos. Devem ser autuados ao tempo que forem produzidos, em sequência, e não de uma só vez e em ordem invertida, como observados em todos os processos analisados. Isso depõe contra a ordem procedimental, que é progressiva, e prejudica o fluxo de leitura e de análise do processo. De modo que todas as peças processuais sejam registradas e tramitadas, exclusivamente, em formato digital pelo Sistema Integrado de Gestão – SIG, extinguindo assim, documentos físicos, ratificando o compromisso com a sustentabilidade. Achados itens 24, 28, 30, 31, 70, 71, 72, 73.
- REC03 – Recomenda-se que se instaure processo administrativo para apurar responsabilidade quanto a pagamentos de R\$ 382.533,06 (Trezentos e Oitenta e Dois Mil Quinhentos e Trinta e Três Reais e Seis Centavos) efetuados nos autos do processo 23042.000584/2018-00, referente ao Contrato 02/2019, sem a devida regularidade quanto aos Tributos Federais, e ainda a celebração de aditivos contratuais sem as certidões negativas hábeis. Achados itens 52, 53, 54, 55, 56, 57.
- REC04 – Recomenda-se que se instaure processo administrativo para apurar responsabilidade de quem deu causa à contratação verbal a partir do término da vigência contratual (22/09/2021) do Contrato 07/2019 até o encerramento da prestação do serviço nos autos do processo 23042.002324/2018-29. Achado nº 28, 29.



- REC05 – Recomenda-se que se instaure processo administrativo para apurar responsabilidade de quem deu causa à contratação verbal a partir do término da vigência contratual (24/08/2021) do Contrato 05/2020 até o encerramento da prestação do serviço nos autos do processo 23443.002146/2020-38. Achado nº 32, 33, 34, 35, 36, 37.
- REC06 – Recomenda-se que seja observado os pressupostos da Nota de Auditoria 01: Ação de Auditoria nº 01/2024, iniciando imediatamente, a apuração de responsabilidade solicitada na NOTA TÉCNICA Nº004 – COSE / CMC / IFAM / 2023, que se faz imperiosa diante de todos os infortúnios causados à comunidade acadêmica. Achado nº 39, 40, 89.
- REC07 – Recomenda-se o desenvolvimento de ferramentas de controle gerencial de contratos com o objetivo de unificar as bases de dados do processo de licitação e contratação celebrados. Podendo a administração optar pela utilização de ferramenta já disponível (SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos) ou mesmo uma planilha eletrônica, visando monitorar a execução contratual, evitar perda de prazos e monitorar acréscimos ou supressões realizadas via termos aditivos. Estabelecendo para fins de monitoramento um calendário de revisões periódicas para contratos de longa duração. Achado nº 80, 81, 82, 83, 91, 92, 93.
- REC08 – Recomenda-se a disponibilização de todos os contratos e seus respectivos aditivos no site oficial da instituição, de modo a cumprir o disposto na Lei 12.527/2011 quanto a Transparência Ativa. Achado nº 90, 92, 95.
- REC09 – Recomenda-se a elaboração de Mapa de Gerenciamento de Riscos, contemplando objetiva e especificamente os fatores de risco suscetíveis de controle e atuação de todos os setores vinculados à Diretoria de Administração e Planejamento - DAP, bem como seu monitoramento periódico. Achado nº 24, 29, 44, 45, 46, 47, 48.
- REC10 – Recomenda-se que todos os processos de pagamento sejam acostados aos autos acompanhados de: Nota Fiscal ou Fatura, comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf, Relatório da Comissão de Fiscalização, Relatório e Planilha de Medições, Ordem Bancária. Salientando-se que a Nota Fiscal ou Fatura apresentada deve expressar o objeto efetivamente contratado, conforme contrato e/ou Termo de Referência, incluindo os elementos necessários e essenciais tais como: a data da emissão; os dados do contrato, número do processo e do órgão contratante; o período de prestação dos serviços; o valor a pagar; o destaque



do valor da retenção dos tributos retidos na fonte pagadora de demais despesas dedutíveis da base de cálculo da retenção. Achado nº 49, 58, 59, 67, 68.

2. Reitoria – Ação nº 5.2/2024 – Avaliação do processo referente à Gestão de Patrimônio. Essa ação de Auditoria, teve como origem o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, exercício 2024, aprovado conforme RESOLUÇÃO Nº 086/CONSUP/IFAM, de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de avaliar a situação atual dos controles patrimoniais e deu origem ao Relatório de Auditoria nº 02/2024. Em decorrência dos exames efetuados, foram identificados os seguintes achados de auditoria:

- REC01 – Realização de Inventário Físico Imediato e completo dos seus bens patrimoniais o mais rápido possível, com o objetivo de atualizar os registros contábeis e corrigir eventuais distorções, instituindo marco zero devidamente justificado e formalizado para regularização dos registros patrimoniais. Achados itens 19, 21, 22, 24, 32.
- REC02 – Realização de “Força Tarefa” sob coordenação da PROAD e da Comissão de Inventário, instituída através da PORTARIA Nº 466/GR/IFAM, de 02 de abril de 2024, com atuação de todos os setores e servidores lotados na Reitoria, os quais procederão com a verificação e registro dos bens alocados em cada setor, e posteriormente validados pela comissão, objetivando a conclusão dos trabalhos no menor tempo possível e minimizando o risco existente no processo de gestão patrimonial. Achados itens 34, 35.
- REC03 – Reconciliação Contábil após a realização do inventário, deve-se proceder à reconciliação entre os bens identificados e os registros contábeis, ajustando o balanço patrimonial de acordo com a realidade. Achados itens 36, 37, 38, 39, 40.
- REC04 – Implementação de Políticas e Procedimentos Formais: Desenvolver e formalizar políticas para a gestão de bens patrimoniais, incluindo procedimentos para aquisição, controle, alienação e inventário periódico de ativos através de Instruções de Trabalho, Fluxos ou outros meios necessários tornando visando tornar eficiente e claro o processo de trabalho, independente de quem esteja atuando na pasta, padronizando os fluxos. Achados itens 13, 38, 53.
- REC05 – Capacite pelo menos 02 servidores para utilização e atuação no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, considerando a atual migração/implantação para controle do patrimônio existente. E considerando o aspecto



sistemico da Pró-Reitoria de Administração que a ação se estenda à todos os Campi. Achados itens 17, 35.

- REC06 – Adoção de medidas visando fortalecer a segurança e o monitoramento patrimonial dos bens localizados no Centro de Distribuição e nas salas utilizadas para armazenamento localizadas no prédio da Reitoria. Achados itens 41, 42, 43, 44, 45, 46.

3. Reitoria – Ação nº 5.3/2024 – Avaliação do processo referente à Gestão de Almoxarifado . Essa ação de Auditoria, teve como origem o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, exercício 2024, aprovado conforme RESOLUÇÃO Nº 086/CONSUP/IFAM, de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de avaliar os processo referente à Gestão do Almoxarifado e eficácia dos controles internos considerando a Avaliação de Riscos – Quadro 7 do Apêndice A do PAINT; Relatório de Gestão 2022 – Declaração da Contadora/Declaração com Ressalva, de 31 de janeiro de 2023. Em decorrência dos exames efetuados, foram identificados os seguintes achados de auditoria:

- REC01 – Adotar medidas para cumprimento do item 4.1 da IN/SEDAP nº 205/88, principalmente, adotando medidas visando fortalecer a segurança e o monitoramento dos bens localizados nas salas utilizadas pelo Almoxarifado no prédio da Reitoria resguardando o patrimônio contra furto ou roubos (4.1, a) Achados itens 26, 28, 32, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53.
- REC02 – Adotar medidas para cumprimento da do item 4.1 da IN nº 205/88 - SEDAP principalmente adotando medidas para que os objetos armazenados não tenham contato direto com o chão (4.1, e) Achados itens 29, 31, 54.
- REC03 – Elaborar e Gerenciar Matriz de Risco dos processos envolvidos no Almoxarifado visando identificar e mitigar riscos associados à falta de materiais, uso de produtos vencidos ou danos durante o armazenamento, minimizando riscos e evitando problemas operacionais e legais. Achados itens 32, 33, 39, 60, 61, 62, 63.
- REC04 – Implementação de Políticas e Procedimentos Formais: Desenvolver e formalizar políticas para a gestão de almoxarifado, incluindo procedimentos através de Instruções de Trabalho, Fluxos ou outros meios necessários visando tornar eficiente e claro o processo de trabalho, independente de quem esteja atuando na pasta, padronizando os fluxos. Achados itens 17, 22, 23, 33, 36, 57.
- REC05 – Capacitação de pelo menos 02 servidores para utilização e atuação no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, considerando a atual



migração/implantação para controle do almoxarifado. E considerando o aspecto sistêmico da Pró-Reitoria de Administração é necessário que a ação se estenda a todos os Campi. Achados itens 22, 36.

- REC06 – Visando maior transparência e gerenciamento dos dados, disponibilizar a liberação dos relatórios já existentes e seus respectivos filtros no sistema SIPAC. Achados itens 19, 23, 36, 37, 56, 58.

Isto posto, os Relatórios de Auditoria correspondentes ao exercício 2024, com as constatações e respectivas recomendações à gestão obtiveram em contrapartida o encaminhamento do Plano de Ação Corretiva (PAC) com prazo para implementação das recomendações pelos respectivos gestores.

V – CONCLUSÃO

Tendo por base os trabalhos de auditoria previstos e executados no âmbito do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2024), em atendimento ao Art. 16 da Instrução Normativa CGU/SFC nº 5, de 27 de agosto de 2021, **opinamos, de forma geral, que as estruturas de controle interno não se encontram em nível adequado e que é essencial o aperfeiçoamento dos processos de governança e gestão de riscos do IFAM em relação: à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria; à conformidade legal dos atos administrativos; e, ao atingimento dos objetivos operacionais.**

Em relação ao **processo de elaboração das informações contábeis e financeiras**, considerando as ressalvas feitas pela Contadora Geral da Instituição, nos tópicos elencados na Declaração do Contador, constante do Relatório de Gestão, exercício 2024, **entendemos que os controles internos carecem de aprimoramento no sentido de minimizar distorções relevantes que eventualmente possam comprometer a fidedignidade das demonstrações.**



Documento assinado digitalmente
LILIAN FREIRE NORONHA
Data: 06/04/2025 22:04:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Manaus, 31 de março de 2025.

Lílian Freire Noronha
Auditora Chefe da UAIG/IFAM
Portaria 316/2024-GR/IFAM

